

a lesbianidade como subversão ao patriarcado e à heteronormatividade

Mariana Sampaio Attuch

(Universidade Federal de Uberlândia)

Com o objetivo principal de identificar e analisar as formas de opressão especificamente enfrentadas por mulheres lésbicas, a defesa central deste estudo é a de que a lesbianidade representa, socialmente, uma ameaça aos valores tradicionais e conservadores que permeiam a organização social. Logo, exploramos esse potencial de subversão à uma tradicionalidade limitante e retrógrada, identificando quais aspectos da identidade lésbica se contrariam à esses valores e quais são as forças que se posicionam contrárias a essa movimentação transgressora.

Como ponto de partida, são identificadas duas características principais que definem a forma que a sexualidade lésbica é encarada socialmente, sendo estas a homoafetividade e a ausência de um componente masculino nas relações romântico-sexuais mantidas pelas mulheres lésbicas. Essas características são compreendidas como centrais, visto que numa sociedade rodeada de convicções androcêntricas, uma mulher não se relacionar de forma romântica e sexual com homens é tão disruptivo quanto uma relação romântica e sexual entre duas mulheres.

Além dos valores de como deve ser uma mulher, a lesbianidade pode ser lida enquanto ameaça à própria construção social da categoria mulher, um conjunto de comportamentos, ideais e representações sociais que são colocados enquanto naturais, incluindo a heterossexualidade. A partir disso, utilizamos como base Monique Wittig, feminista francesa que questiona o papel da heterossexualidade enquanto sistema político e explora a maneira em que esta é imposta como norma geral, analisando também o viés de desigualdade de gênero que rege essa mentalidade.

A heterossexualidade compulsória é um termo que define esse sistema no qual a sexualidade voltada para o sexo oposto é imposta a todos os indivíduos que compõem o corpo social. A romantização das relações heterossexuais através de histórias que são passadas às mulheres desde a fase da infância, assim como as expectativas que são colocadas pelos

familiares sobre as futuras gerações, incluindo o casamento heterossexual e a formação de uma família tradicional, são alguns dos jeitos que esse sistema se propaga e é mantido como padrão a ser seguido. Além disso, a forma que os meios de comunicação em massa retratam, em sua maioria, apenas relações heterossexuais, também é uma ferramenta da heterossexualidade compulsória, que faz parte de diversas instituições da sociedade, sendo reproduzida e internalizada pelas pessoas.

Ao desafiar uma estrutura entendida como natural, normativa e padronizada, a identidade lésbica enfrenta tentativas de repressão desse potencial subversivo, já que a ordem social que reproduz a submissão feminina enquanto tradição emprega uma tentativa de controle sobre os corpos das mulheres, controle que se manifesta não só na esfera individual, mas também ideologicamente e politicamente. Diante disso, a falta de visibilidade lésbica, desde a carência de representações e modelos de relacionamentos românticos entre mulheres até o próprio desconhecimento da lesbianidade enquanto possibilidade, configuram uma tentativa de apagamento da história e da resistência lésbica ao longo dos anos, que resume a vivência heterossexual enquanto única possibilidade.

Outro ponto de problematização é a invisibilidade lésbica até nos movimentos que essa comunidade integra, como o movimento feminista e o movimento LGBTI+¹, que carecem de protagonismo lésbico para que sejam tratadas as questões que afetam especificamente essa comunidade. Essa contradição é notada em eventos históricos, como a Ameaça Lavanda, nome dado ao grupo de feministas lésbicas que protestaram contra a expulsão delas de um congresso feminista em Nova York, em 1970. Esse exemplo ilustra o impulso por parte de algumas feministas heterossexuais de não se associarem com mulheres lésbicas, porém, o feminismo enquanto movimento pelos direitos das mulheres deveria ser um movimento emancipatório para todas elas, sendo acolhedor para as questões de mulheres que são atravessadas também pela raça, classe, sexualidade, entre outras vivências.

Ademais, o movimento LGBTI+ é majoritariamente voltado para a cultura *gay* masculina, assim como lugares socialmente reconhecidos como dessa comunidade, como bares

¹ Sigla utilizada oficialmente pelo movimento institucional, referindo-se à Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transgêneros/Travestis, Intersexo e Outros. A ausência da letra Q, referindo-se à *queer*, que significa “estranho”, “que não se encaixa”, não é incluída porque a categorização dessas pessoas vai contra o próprio significado do termo.

e boates LGBTI+, por exemplo. Isso remete à problemática explorada por Maria Juracy Filgueiras Toneli e Juliana Perucchi, no texto “Territorialidade homoerótica: apontamentos para os estudos de gênero”, de que nem nos ambientes que são considerados seguros para pessoas com sexualidades dissidentes, a existência lésbica é contemplada, de modo que a própria limitação de um lugar no qual essa comunidade pode ser segura já provém de uma exclusão social dos ambientes populares e do fato de que, em áreas comuns, essa comunidade é vulnerável à violências (Toneli e Perucchi, 2006). Assim, mesmo em lugares que já partem da tentativa de criar um ambiente seguro para pessoas que sofrem com um isolamento social e com a falta de segurança para se expressar, a comunidade lésbica também enfrenta exclusão, falta de identificação e falta de protagonismo.

A partir desses estudos, é possível identificar também os discursos que atuam na manutenção da lesbofobia, nome dado à opressão sofrida por mulheres lésbicas justamente por serem mulheres e lésbicas. Diferente da homofobia, preconceito contra a homossexualidade, a opressão sofrida particularmente pelas mulheres lésbicas sofre influências da junção do tabu que envolve a homossexualidade com a vivência de ser mulher, o que configura uma experiência diferente, que além do preconceito com a relação homoafetiva, tem uma carga da sexualização do corpo feminino, da violência sexual contra as mulheres e dos valores machistas e androcêntricos que perpetuam a sociedade. Logo, a lesbofobia é caracterizada pela polêmica que envolve a relação homoafetiva, mas também, pela recusa da relação romântico-sexual com os homens, como é ilustrado por Adrienne Rich, feminista e escritora estadunidense, “A existência lésbica inclui tanto a ruptura de um tabu quanto a rejeição de um modo compulsório de vida. É também um ataque direto e indireto ao direito masculino de ter acesso às mulheres” (Rich, 1980, p. 36).

Ao não se relacionarem de forma romântica e sexual com homens, as mulheres lésbicas transgridem o pensamento de que as mulheres pertencem aos homens e dependem destes como parceiros. À vista disso, ao analisar as violências sofridas por essas mulheres, é possível compreender que a rejeição à lesbianidade vem, muitas vezes, da ideia de que uma mulher não pode ser suficiente ou satisfeita sem um homem, que a sexualidade lésbica é uma falha a ser reparada, e, o que pode repará-lo é o encontro do “homem certo”, o que demonstra que a violência contra as mulheres lésbicas parte não somente do preconceito contra a

homossexualidade, mas também do machismo e da misoginia, do pensamento violento de que a ausência de um homem nas relações amorosas de uma mulher é inadmissível.

Transgressão, no sentido que utilizamos, se refere a um modo de infração, contestação e subversão de algo visto enquanto regra. Como desenvolvido anteriormente, a heterossexualidade compulsória representa essa norma, de maneira que se torna uma imposição social. Visto isso, a lesbianidade é uma transgressão a essa norma, logo, ao poder masculino sobre as mulheres, à lógica patriarcal, ao falocentrismo e aos elementos culturais que subjuguem mulheres a uma posição de inferioridade. Além disso, esse potencial de contestação pode ser também uma oportunidade de transgressão à hierarquia, à uma ideia de status quo inabalável, inatingível e inquestionável. Ao transgredir normas que configuram a existência feminina em uma posição não só de desvantagem, mas, de opressão estrutural, a lesbianidade carrega a ideia de uma transgressão a todos os papéis entendidos como “de mulheres” e “de homens”.

Colocada em questão uma estrutura de poder mantida em vigor por tantos anos, é importante explorar essa possibilidade revolucionária de contestar as hierarquias e dinâmicas de poder que perpetuam a vida social, dado que estas ditam, muitas vezes, eventos históricos, políticos e sociais, sendo grande influência em como são construídas as relações atuais. Desse modo, a lesbianidade, assim como a cultura lésbica, carregam historicamente a prática de questionar o que é socialmente imposto, seja na maneira que é dito como as mulheres devem se comportar, se vestir, quais profissões devem ocupar e, especialmente, com quem devem se relacionar. Assim, a partir do questionamento e da subversão desses papéis, a identidade lésbica provoca o contato com a desnaturalização de diversos princípios que são disseminados enquanto partes naturais do comportamento e das relações sociais.

Desse modo, a transgressão da própria categoria de mulher remete também à desnaturalização do conceito de gênero, que é essencialmente uma construção social, ou seja, uma categoria criada pelas pessoas, não um dado biológico e instintivo intrínseco à condição humana. Nessa conjuntura, Teresa de Lauretis, escritora italiana e teórica de gênero, entende que o gênero é fabricado por um conjunto de tecnologias sociais que externalizam esse discurso cotidianamente e, a partir disso, é abstraído por cada indivíduo (Lauretis, 1987).

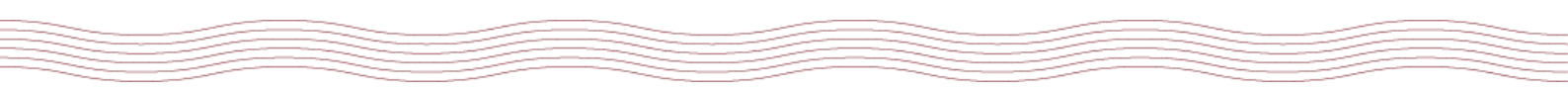
Portanto, a recusa a se conformar com tais imposições, muitas vezes acompanha a noção de que essas pessoas são submetidas à uma marginalização social, de forma que a existência

lésbica sofre com a violência anteriormente exposta e também com a falta de representações sociais, visibilidade, modelos a serem seguidos, com o isolamento e também com o apagamento histórico. Segundo Adrienne Rich, “o apagamento da existência lésbica (exceto quando vista como exótica ou perversa) na arte, na literatura e no cinema e a idealização do amor romântico e do casamento heterossexual são algumas das formas óbvias de compulsão” (Rich, 1980, p. 26). Apesar disso, a politização da comunidade lésbica acerca dessa condição marginalizada fornece a possibilidade de desenvolver identificação entre pessoas que dividem essa vivência, caracterizando uma faceta do que podemos chamar de cultura lésbica.

Dado que a sexualidade lésbica é a única sexualidade que não envolve a presença masculina, essa cultura que cerca a lesbianidade é centrada na vivência feminina, de como é ser uma mulher na sociedade atual e, principalmente, de como é ser uma mulher que se relaciona com mulheres, nessa conjuntura. Com isso, a afetividade lésbica, tanto nas relações românticas quanto nas amizades entre mulheres lésbicas, apresenta uma possibilidade de nutrir laços com a identificação da experiência enquanto mulher que desafia a heteronormatividade, experiência na qual marca a história de vida de cada mulher lésbica, porém, de diferentes formas e através de diferentes trajetórias.

Devido à carência de modelos de relações românticas lésbicas para se espelhar, muitas mulheres lésbicas se encontram na necessidade de criar seus próprios moldes, de estabelecer suas próprias concepções de relacionamento, o que também revela uma possibilidade subversiva de repensar papéis sociais, comportamentos e sentimentos normalizados e de questionar as generalizações conhecidas acerca de relacionamentos românticos, que não levam em conta a diversidade das pessoas e suas diferentes formas de se relacionar com as outras. Portanto, apesar dessa oportunidade de reverter convicções retrógradas ou que não se encaixam na vivência de algumas mulheres lésbicas, parte da comunidade também sofre com a importação de referências heteronormativas nos próprios relacionamentos entre mulheres, uma problemática que envolve a heterossexualidade compulsória e a forma em que ela está impregnada nas significações culturais.

Contudo, a existência lésbica é, por si só, transgressora em meio aos moldes que maquinam a vida social e as dinâmicas de poder que perpetuam as relações. A lesbianidade pode ser revolucionária, se politizada de forma que sejam compreendidos os significados por



trás das imposições sociais que são empregadas sobre as mulheres e, principalmente, se reforçada a mensagem de que as transgressões não são falhas a serem contidas, mas sim, potencialidades de contestação e enfrentamento de uma estrutura que impõe papéis restritivos, limitando as possibilidades das mulheres de serem quem são e de viverem da forma que desejam.

Referências

- LAURETIS, Teresa. A TECNOLOGIA DO GÊNERO*. In: **TENDÊNCIAS E IMPASSES**. [S. l.: s. n.], 1987. p. 206-241
- RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Bagoas, [S. l.], p. 18-44, 1980.
- TONELI, M. J. F.; PERUCCHI, J.. Territorialidade homoerótica: apontamentos para os estudos de gênero. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 3, p. 39–47, set. 2006.
- WITTIG, Monique. **On ne naît pas femmes**. Questions féministes, [S. l.], p. 75-84, 1980.
- WITTIG, Monique. **O pensamento hétero e outros ensaios**. 1. ed. [S. l.]: Autêntica, 2022. 144 p.